

Marxismo e movimentos sociais*

ANDRÉIA GALVÃO**

Este artigo trata da contribuição do marxismo para a análise dos movimentos sociais, com o objetivo de destacar os elementos que, a nosso ver, permitem diferenciar uma análise inspirada nessa perspectiva teórica das demais.

Para isso, partiremos de duas hipóteses. A primeira hipótese é a de que, a despeito do interesse do marxismo pelo estudo do movimento operário, não há uma teoria marxista dos movimentos sociais plenamente desenvolvida e articulada. Isso porque as contribuições dos autores vinculados ao marxismo, sobretudo os clássicos, priorizaram a discussão das formas partido e sindicato, bem como a relação entre ambas. Nesse sentido, o movimento operário era o movimento social por excelência, de modo que a noção de movimento social estava vinculada à condição de classe operária e à luta entre capital e trabalho. Essa perspectiva foi desafiada não apenas pela eclosão dos chamados “novos movimentos sociais” nos anos 1960, mas também pelas teorias elaboradas para explicá-los.

As perspectivas teóricas que se constituíram e que se tornaram dominantes no “campo”, sobretudo nos anos 1980, foram forjadas em oposição ao marxis-

* Muito do que segue se deve às discussões do grupo de pesquisa “Política e classes sociais no capitalismo neoliberal”, sediado no Cemarx/Unicamp. Várias das pesquisas do grupo tratam de movimentos sociais, o que ensejou as reflexões aqui apresentadas. Essas reflexões deram origem a Galvão (2008) e à intervenção na mesa “Classes e movimentos sociais”, no 6º Colóquio Marx e Engels (2009). Agradeço especialmente a Danilo Enrico Martuscelli pelos comentários e sugestões às versões anteriores desse trabalho. Sou grata também a Isabel Loureiro, que me estimulou a publicar este artigo e fez uma leitura cuidadosa do mesmo.

** Professora de Ciência Política da Unicamp e membro do Comitê Editorial da *Crítica Marxista*.

mo, buscando negar a relevância da dimensão de classe e a centralidade da luta de classes: quer seja a teoria dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos, da mobilização política (esta em menor medida) e do reconhecimento.¹ De modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores sociais e exprime objetivos culturais, pós-materialistas (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados.

Embora hoje seja possível identificar uma recuperação do interesse intelectual pelo marxismo,² uma teoria marxista dos movimentos sociais é uma tarefa a ser realizada. Não temos a pretensão de efetuar-la, mas tão somente de sistematizar alguns pontos que nos parecem fundamentais para uma análise marxista dos movimentos sociais. Assim, e esta é a segunda hipótese que orienta este artigo, consideramos que, não obstante a lacuna anteriormente apontada, o marxismo dispõe de uma gama considerável de elementos para realizar essa tarefa.

Para isso, é necessário discutir as seguintes questões:

1. qual a relação entre classes e movimentos sociais?
2. como analisar as diferentes formas que a contestação social assume no capitalismo contemporâneo?

Na primeira seção do artigo, trataremos dos conceitos de classe social e luta de classes, fundamentais para delimitar, no âmbito da teoria marxista, a perspectiva na qual nos inserimos, de modo a discutir a primeira questão acima proposta. Na segunda, buscaremos, na obra de alguns autores que, a partir dos anos 1970, contribuíram para o estudo do tema, elementos para pensar a relação entre classes e outros pertencimentos, a fim de compreender as diferentes formas assumidas pela contestação social hoje.

A relação entre classes e movimentos sociais

Para discutir a relação entre classes e movimentos sociais, é preciso esclarecer de que maneira utilizamos o conceito de classe social e luta de classes, mesmo que só possamos fazê-lo de uma maneira esquemática no espaço deste artigo. Em primeiro lugar, embora insistir nesse aspecto possa parecer um lugar-comum, descartamos os conceitos de classe que se circunscrevem à renda e/ou dimensão ocupacional, pela razão evidente de que esses conceitos se situam fora do marxismo. Em segundo lugar, as classes como força social em ação não

1 Sobre reconhecimento, ver a polêmica entre Honneth (2003) e Frazer (2001). Sobre novos movimentos sociais, consultar Melucci (1980), Offe (1985) e Touraine (1985). Sobre mobilização de recursos e mobilização política: McCarthy; Zald (1977) e Tarrow (1994).

2 Essa recuperação pode ser constatada a partir das inúmeras revistas marxistas, colóquios e congressos internacionais, da criação de centros de estudos e pesquisas dedicados a essa perspectiva teórica, bem como da publicação de livros acerca do pensamento marxista tanto no Brasil quanto no exterior.

podem ser consideradas como meros reflexos da posição na estrutura econômica: o economicismo anula a política ao derivar o comportamento político da situação objetiva de classe.

Ao recusar uma relação mecânica entre *posição* no processo produtivo e *posicionamento* de classe, não estamos descartando a importância de se ressaltar as relações existentes entre ambas.³ Ou seja, se por um lado não é possível extrair automaticamente o comportamento político da localização na estrutura produtiva, por outro lado esta é importante para compreender a possibilidade de uma ação de classe. Não se trata, porém, de um determinismo unilateral, mas de uma multideterminação, tal como concebe Poulantzas (1978).⁴ Para esse autor, o conceito de classe se define simultaneamente no nível econômico, político e ideológico: “as classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados *principalmente*, mas não exclusivamente, por seu lugar no *processo de produção*, isto é, na esfera econômica” (Poulantzas, 1978, p.13).⁵

Bensaïd (1999) também procura articular critérios econômicos e político-ideológicos em sua definição de classe, concebendo-a como uma *relação*:

- 3 Há uma diversidade de termos na literatura para se referir à distinção entre os dois aspectos do processo aqui mencionados. Olin Wright (1981, p. 32) emprega “a expressão ‘posição de classe’ para designar uma situação objetiva de classe”. (Poulantzas, s/d, p.138) emprega posição de classe para aludir à tomada de posição numa determinada conjuntura, ou seja, à posição assumida por uma classe na luta de classes. Uma vez que as expressões posição, situação, lugar e mesmo condição podem ser entendidas como sinônimos e usadas numa perspectiva estática para designar lugar ou estado, utilizaremos a expressão posicionamento para nos referirmos à ação desempenhada na luta de classes, ou seja, ao movimento efetivo, o que compreende não só a dimensão objetiva e estrutural, mas também subjetiva e conjuntural.
- 4 Estamos seguindo a proposição que orienta a teoria das classes de Poulantzas, mas não incorporando as definições de classe desse autor. Descartamos, por exemplo, a unidade entre nova pequena burguesia e pequena burguesia tradicional como uma mesma classe porque não se pode falar em uma ideologia comum pequeno-burguesa entre classes cuja inserção na estrutura produtiva é distinta: pequenos proprietários, de um lado, e assalariados, de outro (Olin Wright, 1981, p.55). Além disso, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo como critério para a definição do operário é problemática não apenas porque a delimitação das fronteiras entre produtivo e improdutivo é difícil de ser estabelecida, mas também porque restringe arbitrariamente o tamanho da classe operária. Ainda assim, consideramos que a proposição de Poulantzas permite superar o determinismo econômico e refletir sobre o processo de constituição das classes.
- 5 Olin Wright (1981, p.41) considera essa definição problemática por entender que o emprego de fatores políticos e ideológicos “prejudica o primado das relações econômicas na determinação do posicionamento de classe [...] embora as relações ideológicas possam participar na determinação do posicionamento de classe, não podem neutralizar posições divergentes de classe determinadas no nível econômico”. Apesar de essa crítica oferecer elementos pertinentes para questionar o conceito poulantziano de pequena burguesia, como vimos acima, a solução teórica proposta por Olin Wright não resolve a questão. A noção de situações contraditórias de classe não estabelece critérios claros para a definição das classes, pois “implica que esses agentes possam ocupar posições de classe diferentes e alteráveis; sugerem que podem ocupar um *no man's land* entre a burguesia e a classe operária” (Poulantzas, s/d, p. 135). Mas mesmo que estando “objetivamente divididas entre as forças dentro da luta de classes” (Olin Wright, 1981, p.99), o autor apresenta uma estimativa das situações contraditórias mais próximas da classe operária que acaba por ampliar indiscriminadamente a base de classe potencial para um movimento socialista (Cf. Olin Wright, 1981, p.81).

A noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadoras as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma (Bensaïd, 1999, p.147).

Assim, “não há classe senão na relação conflitual com outras classes” (Bensaïd, 1999, p.148). Não se trata de uma coleção de indivíduos, nem de uma rede interindividual, na medida em que “as classes revelam-se no e pelo movimento do *Capital*” (Bensaïd, 1999, p. 153). “A estrutura social de classe não determina, portanto, mecanicamente a representação e o conflito políticos” (Bensaïd, 1999, p.167). Desse modo, o autor retoma a polêmica diferença entre o *em si* e o *para si* presente em *Miséria da filosofia* por meio da distinção entre a “classe *objetivamente* (sociologicamente)” e a classe “*subjetivamente* (politicamente)” constituída (Bensaïd, 1999, p.168).

A despeito das diferenças entre esses dois autores,⁶ ambos contribuem para uma definição de classe que supere o economicismo, de um lado, e a indeterminação e o relativismo absoluto, de outro. O conceito de classe, concebido a partir dessas balizas, permite-nos sustentar a possibilidade estrutural da ação coletiva: a exploração e a dominação de classe delimitam um campo de interesses, que vai ser construído na luta de classes. Desse modo, é possível destacar a importância da oposição de classes na emergência e estruturação dos movimentos sociais, uma vez que os conflitos que estes expressam estão, em parte, relacionados aos efeitos da exploração e da dominação capitalistas.⁷

Destacar a importância da oposição de classes, porém, não equivale a sustentar que os conflitos sociais traduzem uma simples polarização de interesses entre capital e trabalho. Pelo contrário, utilizamos o termo classes trabalhadoras no plural para nos referir a um conjunto heterogêneo de diferentes classes sociais – que compreende o operariado, a pequena burguesia, o campesinato e as classes médias – que se distinguem quanto ao tipo de trabalho realizado, às condições em que a força de trabalho é vendida e, no caso do produtor familiar, ao tipo de vínculo

6 Para Poulantzas (s/d, p.138), não se trata de pensar o econômico como equivalente do *em si* e o político-ideológico como equivalente do *para si*, já que a determinação estrutural é tripla: simultaneamente econômica, política e ideológica.

7 Miliband (1999, p.475) amplia o foco da análise de classes da exploração para a dominação, pois as relações sociais capitalistas não são apenas relações de exploração e as relações de dominação é que tornam possível a exploração. Assim, argumenta que as diferenças entre as classes não estão relacionadas apenas à apropriação de mais-valia e à alocação do excedente, mas também ao controle sobre os meios de produção (o que não se confunde com a propriedade dos mesmos), sobre os meios de administração e coerção do Estado e sobre os meios de produção do consenso. De modo geral, a classe dominante procura fortalecer a ordem social, mesmo que admitindo reformas para conter as pressões “de baixo para cima”. As classes dominadas, por sua vez, buscam “modificar ou melhorar as condições nas quais a subordinação é vivenciada” ou “erradicar por completo a subordinação” (Miliband, 1999, p.484).

estabelecido com a pequena propriedade. Essa distinção compreende: trabalho manual e não manual, produtivo e improdutivo,⁸ assalariado e não assalariado, tarefas de direção e de execução. Assim, no lugar de uma bipolarização que colocaria em campos opostos burguesia e proletariado, bipolarização essa provocada por uma tendência à proletarização que não deixaria praticamente lugar para classes intermediárias, verifica-se uma multipolarização. Nesse sentido, recusamos a tese segundo a qual todo trabalhador pertence ao proletariado ou à classe operária,⁹ uma vez que ambos os conceitos são, por vezes, tomados como sinônimos.¹⁰

Os marxistas, em geral, têm dificuldade em trabalhar com o conceito de classe média, preferindo apontar a divergência entre os grupos ou estratos sociais agrupados no polo trabalho a partir de termos como “salarizado”, importado da sociologia francesa. Esse termo é utilizado tanto para abranger os trabalhadores não operários, quanto para se opor à tese da *moyennisation*, segundo a qual não haveria mais operários na sociedade “pós-industrial”, mas apenas classe média. Se, por um lado, a tese da *moyennisation* dissolve as fronteiras de classe, homogeneizando as diferenças por meio de um processo de mobilidade social ascendente,¹¹ por outro lado, a recusa do conceito de classe média dificulta a apreensão das diferentes formas de manifestação e dos interesses específicos defendidos pelos movimentos concretamente existentes, bem como dificulta a compreensão dos obstáculos que cercam a construção da unidade entre diferentes movimentos.¹² Todavia, a incorporação desse conceito requer alguns ajustes, uma

8 Por mais difícil que seja estabelecer as fronteiras entre manual e não manual; produtivo e improdutivo.

9 Diferenciamos-nos, assim, do que sustenta Iñigo Carrera (s/d; 2007), cujo amplo conceito de classe operária inclui todos “os expropriados das condições materiais de existência, que só podem obter seus meios de vida sob a forma do salário, quer o obtenham ou não” (Iñigo Carrera, 2007, p.3), para apontar o processo de proletarização e pauperização dos trabalhadores argentinos. Há implicações teóricas e políticas em definições como essa: “Adotar uma definição extensa elimina o problema das alianças [de classe, o que implica reconhecer as diferenças objetivas e subjetivas, que conformam distintos interesses de classe]; o problema já não se põe, visto toda a gente se ter tornado operário” (Poulantzas, s/d, p.130).

10 As análises que caminham nessa direção tendem a considerar que apenas o operário produz mais-valia, associando a célebre passagem do livro I de *O capital* ao operário: “por proletário deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do ‘monsieur capital’, como o chama Pecqueur” (Marx, 2001, p.717). Por outro lado, a nota introduzida por Engels à edição inglesa do *Manifesto do Partido Comunista* amplia o conceito de proletariado para todo trabalhador assalariado: “Por proletariado, [entende-se] a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender força de trabalho para sobreviver” (Marx; Engels, 1998, p.40).

11 Para uma crítica a essa tese, cf. Chauvel (2002).

12 Embora Lojkin (2007) sustente que a revolução informacional deu origem a um “arquipélago salarial” ou a um “salarizado multipolar”, ele aponta para a proletarização dos assalariados administrativos de alto escalão, provocada pela desvalorização dos diplomas do ensino superior e pela tendência à precarização e desqualificação do trabalho não operário. Retoma, assim, a tese da bipolarização, na medida em que a classe média é considerada um “mito” (Lojkin, 2005). As polêmicas teses de Lojkin deram origem a um interessante debate que, todavia, não encerra a questão (Cf. Duménil et al. 2009).

vez que a definição de classe média não se dá prioritariamente a partir da base material, mas da ideologia: a consciência meritocrática justifica as desigualdades econômicas e sociais ao concebê-las como resultantes da desigualdade de dons e méritos existente entre os trabalhadores (Saes, 1978; Boito Jr., 2004). Outro ajuste diz respeito ao próprio uso do termo no singular: consideramos mais apropriado falar em classes médias, como sugere Vakaloulis (2009) ao apontar os diferentes estatutos das classes intermediárias. Reconhecer tais diferenças é, a nosso ver, condição fundamental para se compreender não apenas as dificuldades para a ação coletiva, mas também para uma ação unificada, capaz de transcender as especificidades objetivas e subjetivas das diversas categorias de trabalhadores, sejam eles assalariados ou não.

Por fim, discordamos também da tese segundo a qual o proletariado é um sujeito intrinsecamente revolucionário: “Se o proletariado é a classe potencialmente emancipadora, essa virtualidade não se realiza automaticamente. *O capital* põe em evidência os obstáculos ao desenvolvimento da consciência de classe inerentes à própria reificação das relações sociais. A esses obstáculos próprios à relação de produção acrescentam-se os efeitos específicos das vitórias e dos fracassos políticos” (Bensaïd, 1999, p.166). Aqui se evidencia a importância das diferentes formas de mediação da ação coletiva dos dominados, a exemplo dos partidos e movimentos sociais, o que inclui o movimento sindical.

Compreender o posicionamento de classe requer, pois, a análise das condições materiais e da conjuntura política, do impacto da ideologia dominante, da relação com as outras classes, para evitar afirmações que relacionam automaticamente base social e posição política,¹³ e também porque a situação objetiva de classe não leva automaticamente à ação coletiva. Além de mobilizações progressistas e revolucionárias, os dominados podem empreender mobilizações conservadoras e reacionárias. Disso decorre que a relação entre classes – certas reivindicações e determinadas formas de ação coletiva (ou, dito de outro modo, a relação entre base e plataforma política) – requer considerar não apenas sua determinação estrutural, mas também as diferentes conjunturas políticas e as mudanças produzidas na conjuntura, de modo a articular estrutura e conjuntura a fim de explicar por que e em que sentido as classes agem. Nesse sentido, os conflitos sociais são a manifestação de contradições estruturais, agravadas por problemas conjunturais.¹⁴ Os conflitos se expressam de diferentes formas, em diferentes intensidades, e exprimem con-

13 Do tipo: o operariado é inerentemente revolucionário; o campesinato e as classes médias, conservadoras.

14 Isso não significa que o conflito se manifeste de modo permanente. Em sua análise materialista das “relações industriais”, Hyman (1979) afirma que o conflito entre capital e trabalho pode ser tanto agudo quanto latente: o fato de o conflito não se manifestar abertamente não significa que a contradição de classe deixou de existir. A contradição pode, assim, tanto se manifestar quanto permanecer velada, ou, ainda, produzir “consensos” pontuais, passageiros, pois, a despeito de possíveis acordos e pactos, a divergência de interesses permanece.

teúdos distintos, a depender do perfil político-ideológico das organizações que assumem o papel de mediação da ação dos dominados.

Essas considerações iniciais nos permitem apresentar uma *primeira proposição* para uma definição marxista dos movimentos sociais: é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classe de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que esse elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais, identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento).

A *segunda proposição*, relacionada à primeira, é que os movimentos não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classes em sentido amplo, incluindo classes médias e camponeses no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas.

Isso nos leva a discutir outro conceito importante para o tema do presente artigo. Luta de classes é um conceito controverso no interior do marxismo, uma vez que, ao estabelecer uma separação entre luta sindical e luta política, Lênin (1988) exclui a luta reivindicativa do âmbito da luta de classes, pois as reivindicações de ordem corporativa não necessariamente se insurgem contra a exploração capitalista.

Essa formulação de Lênin se origina nas interpretações que esse autor faz dos textos de Marx, especialmente do *Manifesto do Partido Comunista*, em que Marx e Engels apresentam o partido como o instrumento político por excelência e o meio específico da luta de classes. O objetivo da ação política é a conquista do poder, de modo que a luta pela melhoria das condições de trabalho não é considerada luta de classes no sentido forte da palavra, pois não implica luta pelo poder (Marx; Engels, 1998).

Esses textos clássicos continuam a repercutir no período contemporâneo, renovando, inclusive na literatura brasileira, uma concepção restritiva do conceito: “A luta de classes é exclusivamente a forma de conflito entre grupos sociais própria dos processos de transição de uma forma particular de totalidade social para outra” (Saes, 2003, p.253). Esse entendimento excluiria o próprio sindicalismo da esfera da luta de classes, na medida em que seu objetivo não é a luta pela tomada do poder: “A luta de classe do proletariado é uma luta pela superação, não pela reforma, do capitalismo” (Boito Jr., 2001, p.102). No sentido mais rigoroso do termo, não haveria luta de classes a não ser nos momentos de transição, o que tornaria esse conceito inaplicável nos períodos em que a reprodução do modo de produção capitalista não estivesse seriamente ameaçada.

Porém, é possível encontrar tanto em Marx quanto em Lênin textos que nuancem essa definição mais estrita de luta de classes.

Em *Miséria da filosofia*, Marx assegura que as coalizões dos trabalhadores em defesa de seu salário adquirem um caráter político na medida em que, ao sofrer a repressão patronal, os trabalhadores se dão conta da necessidade de ir além da luta reivindicativa. Assim, Marx entende as coalizões como uma forma de os operários superarem a competição entre si e de resistirem frente aos capitalistas. A associação de trabalhadores repercute no plano político, pois permite o desenvolvimento da consciência de classe: ao longo das lutas travadas contra o patrão e suas associações, os operários se constituem em classe *para si* (Marx, 1979). O fato de a *classe em si* não estar organizada em *classe para si* não significa que as resistências das classes dominadas não afetem as instituições e o processo político.

Mas ao mesmo tempo que Marx considera a luta reivindicativa um momento importante para que se possa “empreender ações de maior envergadura” (Marx, 1987, p.84), ele critica os sindicatos quando estes deixam de associar essa luta com outras dimensões da realidade social, propondo que os trabalhadores devem agir, simultaneamente, no plano econômico e no plano político:

os operários não devem superestimar o resultado final dessa luta quotidiana [pela elevação dos salários]. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença [...] Os “Sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital [...] No entanto, deixam inteiramente de o atingir [o seu objetivo], quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (Marx, 1987, p.85-6).

Em “Nosso programa” (1899), Lênin também compreende o conceito de luta de classes de maneira mais abrangente:

compõe-se da luta econômica (contra capitalistas isolados ou contra grupos isolados de capitalistas pela melhoria da situação dos operários) e da luta política (contra o governo, pela ampliação dos direitos do povo, isto é, pela democracia, e pela ampliação do poder político do proletariado) (Lênin, 1979, p.33).

A luta política é, aqui, definida de maneira mais ampla que a tomada do poder. Além da luta política revolucionária, delineia-se outra modalidade de luta política: a luta reformista (pela ampliação de direitos, pela democracia), muito embora o objetivo dos socialistas seja a luta política revolucionária.

Longe de estabelecer uma separação artificial entre luta econômica e luta política, Marx propõe uma interação entre ambas as dimensões, pois, se a luta dos trabalhadores pode se limitar a questões imediatas, objetivando melhorar suas condições de vida sob o capitalismo, numa perspectiva de integração à ordem, ela também pode, dependendo da orientação político-ideológica de suas organizações, atingir interesses de classe da burguesia, articulando-se à luta pelo socialismo.

A separação entre luta sindical e luta política não permite perceber a relação entre os dois níveis, a articulação que se pode estabelecer entre luta reivindicativa (não apenas a luta protagonizada pelo movimento sindical, mas também por outros movimentos sociais), luta para influir e participar do governo (luta política reformista) e luta pelo poder (luta política revolucionária). Essas dimensões não podem ser vistas como estanques, pois o caráter imediato das reivindicações dos dominados não as torna menos importantes, não impede que elas se vinculem a objetivos mais amplos. É preciso pensar a luta de classes como um processo não linear, que articula as esferas econômica e política e passa por vários níveis. Assim, mesmo que a movimentação dos trabalhadores não seja consciente e organizada, que a resistência à dominação seja difusa, ela ainda pode provocar efeitos importantes para o desdobramento da luta de classes.

Quando se analisam as lutas conduzidas pelas classes dominadas ao longo dos séculos XIX e XX, é possível perceber que mesmo as ações que não colocam em xeque a reprodução do modo de produção capitalista (isto é, que não ameaçam a sobrevivência da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho assalariado) produzem um impacto político. A luta pela ampliação de direitos políticos e pela criação de direitos sociais e trabalhistas constitui um desses momentos.

É possível, pois, pensar as diferentes formas e objetivos da mobilização coletiva, bem como os diferentes níveis de ação política a elas relacionados que, esquematicamente, podem ser resumidas nos seguintes aspectos:¹⁵

1. Demandas pontuais ao Estado: subsídios para subsistência imediata (como os movimentos dos “sem”);
2. Luta por reformas (econômicas, como a distribuição de renda; das instituições políticas, como mais participação, democratização), ampliação da cidadania e preservação e ampliação de direitos sociais (que, ao longo da década de 1990, assume uma perspectiva antineoliberal);
3. Mudanças das práticas e dos valores sociais: novas relações de gênero, raciais, de preferência sexual;
4. Luta antissistêmica: questiona os fundamentos da sociedade capitalista e propõe formas de emancipação social, ainda que o projeto político portador de uma nova ordem social não esteja claramente definido.

15 Preferimos falar em dimensões ou níveis da luta política do que em consciência de classe, para escapar da oposição falsa X verdadeira consciência, oposição que supõe um agente externo para determinar, atribuir ou medir o grau de consciência alcançado.

Essas lutas não são excludentes. Na América Latina, no período recente, é possível observar movimentos que combinam várias dessas características. A propósito, os movimentos latino-americanos que emergem nos anos 1990 são movimentos de classes trabalhadoras – e não de excluídos –¹⁶ que, a despeito de sua heterogeneidade, têm em comum o fato de partilhar uma ideologia antineoliberal (Galvão, 2009).

A contestação social no capitalismo contemporâneo

Esta seção procura fundamentar as duas proposições até aqui apresentadas, a partir da bibliografia, sobre movimentos sociais. Procuraremos abordar as obras de autores próximos ao marxismo, ainda que alguns deles tenham se afastado do marxismo posteriormente e ainda que a filiação de outros a essa perspectiva teórica seja discutível no momento mesmo em que escrevem.¹⁷

Como seus títulos indicam, os livros de Castells (1983) e Lojkine (1981) tratam da questão urbana. O foco não são os movimentos sociais. Apenas na conclusão do livro de Castells encontra-se, sob a forma de “tese exploratória”, uma definição de movimento social urbano.¹⁸ No caso de Lojkine, essa questão é tratada somente no último capítulo do livro, no qual movimento social é definido

pela capacidade de um conjunto de agentes das classes dominadas diferenciar-se dos papéis e funções através dos quais a classe (ou fração de classe) dominante garante a subordinação e dependência dessas classes dominadas com relação ao sistema socioeconômico em vigor (Lojkine, 1981, p.292).

Ele compreende dois processos sociais:

-
- 16 O termo “excluídos” visa afastar os estudos acerca dos conflitos e contradições sociais do registro da luta de classes. A nosso ver, a oposição incluídos/excluídos oferece dois grandes riscos para a análise. Em primeiro lugar, impede de compreender em profundidade as origens da heterogeneidade social. Afinal, qual é a diferença entre os diversos níveis de inclusão e de exclusão? O que distingue o indivíduo “mais incluído” do “menos incluído”? A condição de inclusão/exclusão se define em relação a quê? Em segundo lugar, ela permite culpar os próprios excluídos por sua exclusão (como no caso dos desempregados) ou, numa perspectiva inversa, os que ainda estão incluídos pela exclusão dos demais. “A ideia de que os excluídos se encontram ‘fora’ do mercado de trabalho aparece no mínimo incongruente, considerando o peso terrível exercido por essa superpopulação relativa sobre as relações de força que se estabelecem no seio desse mercado” (Kouvelakis; Vakaloulis, 1995, p.24).
- 17 Esse é o caso, respectivamente, de Manuel Castells, que publica, em 1972, *La question urbaine*, e de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que publicam, em 1985, *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*.
- 18 “Por movimento social urbano entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última instância, no poder do Estado” (Castells, 1983, p.461).

A) Um processo de ‘pôr-se em movimento’ de classes, frações de classe e camadas sociais. Esse primeiro processo define a *intensidade* e a *extensão* (o campo social) do movimento social pelo tipo de combinação que une: a) a base social, e b) a organização do movimento social [...] B) Do ‘pôr-se em movimento’ ao ‘desafio’ político (Lojkine, 1981, p.296-297).

Essa segunda dimensão significa que todo movimento social é portador de um desafio político, por isso, deve ser analisado em sua relação com o poder político. Assim, “*o movimento social será definido, em última instância, por sua capacidade de transformar o sistema socioeconômico no qual surgiu*” (Lojkine, 1981, p.298). Isso requer a análise de suas reivindicações e ações (tanto as propostas quanto as efetivamente realizadas).

É possível, a partir dessas citações, extrair alguns elementos pertinentes para a questão que nos importa: os autores aqui mencionados consideram o movimento social como expressão da luta de classes; não estabelecem uma cisão entre mobilização e poder político, entre movimento social e organização política; e apontam para as diferentes dimensões políticas do movimento social: lutar pela transformação do sistema socioeconômico não equivale a dizer que o movimento seja revolucionário (o que nos remete às dimensões políticas do movimento, apontadas anteriormente).

Já em *Luttes urbaines et pouvoir politique* (1973), Castells desenvolve a definição anteriormente proposta, definindo os movimentos sociais urbanos como “sistemas de práticas sociais contraditórias que controvertem a ordem estabelecida a partir das contradições específicas da problemática urbana” (Castells, 1991, p.3). Embora essa definição se restrinja a movimentos relativos à moradia, acesso a serviços coletivos e atividades culturais da juventude, o autor fornece pistas importantes para pensar os movimentos sociais em geral a partir da perspectiva marxista: a *relação entre vida cotidiana e vida no trabalho (na medida em que a lógica produtiva domina a vida cotidiana)*; a relação indireta entre problemas urbanos e interesses de classe; a articulação entre os diferentes problemas urbanos; a politização da questão urbana; o potencial de mudança dos movimentos sociais urbanos; sua capacidade de questionar as leis estruturais da sociedade; a base social interclassista desses movimentos.

O livro de Laclau e Mouffe (1985), escrito num momento de crise da esquerda marxista, contribui para analisar as diferentes formas que a contestação social assume no capitalismo contemporâneo. Referindo-se aos anos 1980, os autores apontam que as novas contradições sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo não podem ser reduzidas ao conceito de interesses de classe. Essas novas contradições, não situadas no nível das relações de produção, fazem com que o “inimigo” contra o qual os movimentos sociais lutam não possa mais ser definido em função da exploração, mas da posse de certo poder derivado de uma

organização social, a um só tempo, capitalista, sexista, patriarcal e racista (Laclau e Mouffe, 1981, p.21), já que o antagonismo de classe constitui apenas uma das formas de dominação e opressão. Os autores destacam o potencial anticapitalista dos movimentos e enfatizam a importância do projeto político para que esse potencial possa ser desenvolvido. A partir dessa consideração, apontam a necessidade de articular e de construir a unidade entre diferentes movimentos sociais.¹⁹ Para os autores, a articulação e a construção da unidade podem ser concebidas na medida em que a lógica capitalista, a maximização do lucro, está presente em esferas aparentemente desconectadas da economia, como a questão ambiental, já que é essa lógica (pautada no produtivismo, no consumismo) que comanda a destruição dos recursos naturais. Assim, ao mesmo tempo que sustentam que os movimentos sociais permitem fortalecer a luta anticapitalista, uma vez que lutam contra diferentes formas de dominação, reiteram a necessidade de um projeto político que possibilite unificar esses movimentos em torno da luta anticapitalista.

Laclau e Mouffe têm razão ao afirmar que as novas contradições sociais provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo não se reduzem aos conflitos de classe e que as formas sob as quais os conflitos se apresentam não se circunscrevem ao universo do trabalho. Por outro lado, e ao contrário desses autores, consideramos que é preciso resgatar a importância dos conflitos de trabalho em meio às teses do fim do trabalho, do fim das classes e do declínio “irreversível” do movimento sindical, que se tornaram dominantes no campo intelectual e político nos anos 1980 e 1990 e ainda repercutem na produção teórica e na análise sociológica. É preciso, também, resgatar o próprio conceito de classe que, a nosso ver, possibilita construir a unidade na diversidade, bem como refletir sobre a dimensão política dos movimentos sociais. A contribuição de Bérout et al. (1998) nos permite apresentar a *terceira proposição para uma análise marxista dos movimentos sociais*: embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, “todo movimento social, em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerada a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas” (Bérout et al., 1998, p.58), centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa (Vakaloulis, 2003).²⁰ Trata-se, pois, de pensar a possibilidade estrutural

19 Articulação não significa homogeneização: ela não deve reduzir ou eliminar as especificidades dos movimentos, de modo que estes devam preservar sua autonomia. A unidade, por sua vez, não reside na vinculação com o trabalho, nem na condição de classe, mas na estrutura discursiva. Assim, embora entendam ser possível pensar a articulação entre o trabalho e as demais formas de dominação e, portanto, entre a luta dos “novos” movimentos sociais e a luta da classe trabalhadora, consideram que a ação coletiva depende de condições discursivas, o que os aproxima da teoria habermasiana da ação comunicativa. Desse modo, diferentemente da tradição marxista, para a qual o sujeito são as classes sociais, para esses autores os sujeitos só existem numa estrutura discursiva que articula os elementos distintos em torno de um projeto hegemônico.

20 Como argumentam dois estudiosos argentinos, ainda que haja outros conflitos, “o trabalho permanece central para a definição do capitalismo e o aumento da desocupação [ou as mudanças no mercado de trabalho, com o aumento da precarização, da informalidade] não nega essa centralidade” (Campione; Rajland, 2006, p.305).

da ação coletiva, “as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais” (Mouriaux; Bérout, 2005, p.166).²¹

Isso implica reconhecer que os conflitos trabalhistas e os de cunho societal (para usar a expressão de Vakaloulis, 2003, p.12), embora analiticamente distintos, estão imbricados. Segundo Vakaloulis, são aspectos complementares de uma paradoxal centralidade do trabalho (pois não apenas os trabalhadores explorados estão submetidos à lógica do capital e às relações capitalistas). No caso da questão ambiental, não apenas a lógica capitalista comanda a destruição dos recursos naturais, como apontam Laclau e Mouffe, como é possível relacionar a tecnologia que poupa trabalho, de um lado, e intensifica o trabalho, de outro, a essa destruição (Wallis, 2009; Chesnais; Serfatti, 2003).²² Ou seja, os movimentos sociais não constituem apenas uma reação a diferentes formas de dominação e opressão, como apontam Laclau e Mouffe, como tais reações se constroem em relação com a exploração capitalista. Isso permite supor que a luta da mulher, do negro, do índio assume contornos específicos numa sociedade capitalista.

Com efeito, as pesquisas de inspiração marxista sobre essas categorias buscam articulá-las à situação objetiva de classe, procurando desvendar, por exemplo, sua posição no mercado de trabalho: a mulher trabalhadora,²³ o negro trabalhador...²⁴

A primeira questão é trabalhada de maneira bastante interessante por Hirata (1995), Kergoat (1998) e Falquet (2006; 2008). Hirata trata “a exploração no trabalho assalariado e a opressão de sexo” como relações indissociáveis, “a esfera

21 A “origem comum [dos diferentes movimentos sociais], se é que ela existe, está no fato de que certos grupos sociais dominados entram em conflito, de forma direta ou indireta, com a materialidade das relações de poder e de dominação, mas também com o imaginário social marcado pela dinâmica da valorização/desvalorização” (Vakaloulis, 2005, p.132).

22 Afinal, em que se funda a exploração da natureza e o tipo de uso que se faz dela? O que possibilita a produção de mercadorias? Essas questões sugerem a atualidade da lei do valor-trabalho, a despeito de sua morte precocemente decretada.

23 É por esse motivo que Mouriaux fala em feminismo, não em feminismo no singular: “Nas formações sociais capitalistas, as mulheres são objeto de uma opressão específica herdada do passado e desde então articulada aos diversos pertencimentos de classe. O feminismo é o movimento de emancipação das mulheres que não vislumbram da mesma maneira seu combate libertador, em razão de suas origens sociais diferentes. A diversidade dos feminismos tem, portanto, um fundamento social que se cristaliza em ideologias distintas que, todavia, têm em comum um objetivo emancipador” (Mouriaux, 1995, p.184). Em outras palavras: “quando se fala em feminismo, utiliza-se uma expressão aproximativa, pois há vários feminismos: o feminismo burguês existe e não tem nada a ver com o feminismo de origem popular. Antes de mais nada, não são as mesmas organizações. É surpreendente que se coloque na categoria novos movimentos sociais o movimento feminista, que é um movimento bastante antigo, que remete a contradições que são anteriores ao capitalismo” (entrevista de Mouriaux a Galvão, 2002, p.165).

24 Segundo Miliband, “a localização na estrutura social é crucial para se determinar as maneiras pelas quais as pessoas vivenciam a discriminação, a exploração e a opressão. O fato de que as vivenciam como mulheres, negros etc. em nada altera a validade do argumento. As mulheres burguesas e os negros burgueses vivenciam efetivamente a discriminação e podem ser oprimidos e explorados de maneiras variadas. Mas eles vivenciam a discriminação, a opressão e a exploração diferentemente das mulheres proletárias ou dos negros proletários; e uma negra proletária vivencia-as como negra, como mulher e como proletária” (Miliband, 1999, p.497-498).

da exploração econômica – ou a das relações de classes – sendo simultaneamente aquela onde se exerce o poder masculino sobre as mulheres” (Hirata, 1995, p.82). A ligação indissociável “entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo)” permite reconceitualizar o trabalho, que passa a comportar as duas dimensões: relações de classe e de sexo (Hirata, 1995, p.83). Desse modo, o trabalho (assim como suas categorias de análise) é sexuado, tem sexo.

Kergoat (1998) explica que a expressão relações sociais de sexo remete à ideia de antagonismo e considera que é das relações sociais de sexo que emerge a divisão sexual do trabalho. Falquet (2008, p.121), por sua vez, trabalha com a hipótese da “coformação das relações de poder (relações sociais de sexo, de ‘raça’ e de classe)”, por entender que tais relações não são sobrepostas.²⁵ Ao analisar o fenômeno da migração, aponta como o trabalho da migrante libera a mulher ocidental de parte de suas tarefas domésticas. O igualitarismo da social-democracia dos chamados países desenvolvidos beneficia, pois, uma minoria de mulheres, que encontram substitutas para o trabalho considerado feminino, e uma maioria de homens (Falquet, 2006).

A relação entre classe e raça é abordada, no Brasil, por várias pesquisas que indicam como a desigualdade racial reforça a exploração e a dominação de classe, na medida em que permite contratar por salários mais baixos e em funções socialmente desvalorizadas: “à desigualdade primária fundada na subordinação estrutural do trabalho ao capital somam-se desigualdades complementares, como a baseada em critérios raciais, que reforçam os mecanismos de exploração/dominação” (Mattos, 2009, p.210). Esse tipo de relação pode também ser encontrado em análises não marxistas: Guimarães, por exemplo, mostra que “Até mesmo o movimento negro recusa-se a chamar de ‘negro’ afrodescendentes de classe média, que se definem como ‘brancos’” (Guimarães, 2002, p.64), e que “a emancipação das mulheres parece ter ficado restrita às classes médias e altas, não atingindo as mulheres pobres, geralmente negras” (Guimarães, 2002, p.69).²⁶

25 Trata-se de uma posição diferente de Wood. Segundo essa autora, o capitalismo pode se aproveitar de outras formas de opressão e desigualdade, adaptando-as “aos interesses da exploração de classe” (Wood, 2003, p.221); pode tirar vantagens do racismo e do sexismo, que se *sobrepoem* às diferenças de classe, ocultando-as. A autora entende que a dominação e a opressão extraeconômicas são *sobredeterminadas* pelo econômico e critica o uso da expressão “identidade”, por colocar todo tipo de diferença em pé de igualdade. Para ela, é preciso distinguir as formas de dominação e opressão, pois enquanto as diferenças de classe não podem ser superadas no capitalismo, o direito à diferença e à igualdade no tratamento dos gêneros, sexos e culturas não é conquista incompatível com o capitalismo.

26 Embora o autor pareça minimizar o papel do conceito de classe na análise da desigualdade social, ao apontar a relação entre essas diferentes determinações acaba por evidenciar a importância do conceito de classe: “Quando os conceitos de ‘raça’ e ‘gênero’ são aplicados aos estudos sobre desigualdades socioeconômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de ‘classe’ não poderia explicitar [...] Em vez de continuarmos a pensar que a relação entre ‘cor’ e pobreza é de coincidência, passamos a investigar o papel constituinte da ‘cor’ sobre a pobreza [...] Tudo o que fazemos é mostrar outras determinações que não são subsumíveis ao conceito de classe social” (Guimarães, 2002, p.77). O pertencimento de classe repercute, inclusive,

Ainda sobre a questão étnica, mas mudando o foco para o movimento indígena na América Latina, também é possível abordar a intersecção entre identidade étnica e de classe. Stefanoni (2002) e García Linera (2004) indicam essa intersecção na análise do sindicalismo mineiro boliviano (portanto, um movimento de operários) e dos camponeses produtores de coca.

Os sem-terra (Coletti, 2005) e sem-teto brasileiros (Oliveira, 2010; Hirata, 2010) reúnem amplos contingentes de desempregados e subempregados, cuja posição de classe precisa ser investigada. Os movimentos piqueteiros na Argentina, em sua grande diversidade, também (Amorim; Arias, 2009; Amorim, 2010; Souza, 2010). Isso indica que há um entrecruzamento de demandas e uma sobreposição entre classe e outros pertencimentos. Mas a relação entre classe e outros pertencimentos varia conforme o movimento considerado na análise e o tipo de luta, as reivindicações apresentadas (que não necessariamente remetem a questões de ordem material/econômica: também direitos políticos, reconhecimento de diferenças – étnicas, de gênero, de opção sexual etc., mudanças culturais – ambientalismo). Assim, ainda que nem todas as reivindicações sejam de classe, e nem todos os conflitos sejam anticapitalistas, essas reivindicações e conflitos podem se articular, de diferentes maneiras, com as reivindicações de classe. É possível, pois, estabelecer uma relação entre heterogeneidade/fragmentação, de um lado, e unidade, de outro: reconhecer a pluralidade de demandas e de grupos que se mobilizam (que além de plurais são heterogêneos, e essa heterogeneidade existe no interior de uma mesma organização) não impede que se pense a construção de uma estratégia comum,²⁷ a unidade entre diferentes sujeitos, a aliança de classes e frações. A concepção marxista possibilita pensar os elementos comuns e a unidade dos movimentos sociais a despeito de sua heterogeneidade.

Diferentemente de uma perspectiva que faz apologia da sociedade civil e dos movimentos sociais como polo de resistência ao Estado, como se este não mais importasse, como se os sujeitos que se mobilizam pudessem transformar a sociedade prescindindo da tomada do poder e como se esta estivesse definitivamente descartada,²⁸ a concepção marxista nos permite olhar de maneira dialética para a relação Estado-sociedade civil. Com isso, pode-se discutir tanto os limites quanto

no polêmico debate sobre cotas. Citando pesquisa Datafolha de 1995, Guimarães indica que “os mais pobres e os menos escolarizados seriam favoráveis a tais políticas, posição que se inverte à medida que se perscrutam as camadas mais educadas e mais favorecidas [...] não se trata de simples interesse racial [...] já que, entre os negros mais favorecidos, também diminui a adesão a tais políticas” (Guimarães, 2002, p.72). A política de cotas raciais é controversa mesmo entre os autores marxistas. Um dossiê contendo diferentes posicionamentos a respeito foi publicado na revista *Crítica Marxista*, n.24.

27 A busca de unidade se revela também na constituição de organizações internacionais, por exemplo: Via Campesina, Fórum Social Mundial, a despeito das dificuldades de se elaborar um projeto comum. Sobre os limites do altermundialismo, especialmente do Fórum Social Mundial, ver: Arias (2008) e Correa (2008).

28 Ver, a esse respeito, as críticas de Boron (2003) a Holloway (2003).

o potencial transformador dos movimentos sociais, dependendo dos objetivos e formas de ação que se colocam; discutir o que é uma luta sistêmica e antissistêmica; no interesse da ordem e contra a ordem.²⁹ Nesse sentido, é importante considerar o papel do projeto político e das ideologias. Isso porque a constituição dos movimentos é possibilitada ou dificultada pelos diferentes projetos políticos e concepções ideológicas das organizações que medeiam a ação das classes dominadas; por suas deficiências organizativas; pelo regime político em vigor; pela reação dos dominantes (que vai da cooptação à repressão);³⁰ e pela eventual divisão dos dominantes, que pode fortalecer politicamente os dominados. Se, de um lado, os interesses dominantes pesam na ação dos dominados (o que contribui para pensar os limites dos movimentos sociais), por outro lado, os movimentos sociais dos dominados, mesmo que não anticapitalistas, se chocam com aspectos da ideologia dominante e do direito burguês, pois as relações sociais capitalistas não se realizam apenas no plano da produção. Desse modo, os movimentos sociais afetam:

1. o direito de propriedade: mediante ocupações de terra, de moradia, de empresa;
2. a igualdade formal (que oculta a desigualdade real, em suas diferentes formas: material, de gênero, de etnia, de opção sexual);
3. o direito de ir e vir, de investir livremente e de degradar o meio ambiente.

Considerar esses aspectos não equivale a analisar os movimentos sociais numa perspectiva “paternalista”, acrítica e condescendente, porque política e ideologicamente engajada. Pelo contrário, implica apreender seus avanços e retrocessos, seus potenciais e limites. Para isso, é preciso apontar as contradições entre demandas e comportamentos politicamente progressistas e a reprodução de preconceitos (por exemplo, a divisão sexual do trabalho, o racismo etc.), pois: “Pode-se empiricamente constatar que os movimentos afro raramente são dirigidos por mulheres ou homens atentos à transformação das relações sociais de sexos” (Falquet, 2006, p.218). É preciso, portanto, apontar a contradição entre discurso e prática.

Por fim, é preciso atentar para a relação entre direção e base a fim de observar as formas de participação e os processos de tomada de decisão (se pautados em princípios democráticos ou autocráticos); avaliar as tendências à burocratização e o grau de apego das lideranças ao poder; verificar o encaminhamento e cumprimento das resoluções e diretrizes acordadas com a base.

29 Cumprir esclarecer que não consideramos que uma luta travada no interior da ordem e uma luta contra o poder instituído sejam *necessariamente* incompatíveis. Seguimos aqui a tese de Dinerstein (2003), que, ao analisar o movimento piqueteiro, afirma não haver dicotomia entre o que denomina estratégia do poder e do contrapoder. Dito em outras palavras e para recuperar a terminologia clássica, o grande desafio dos movimentos que se pretendem anticapitalistas está em articular a luta por reformas com a perspectiva revolucionária.

30 Não se pode, pois, desprezar a ação das classes dominantes para desorganizar os dominados.

Comentários finais

Este artigo procurou indicar que a contradição capital X trabalho é fundamental para apreender a dinâmica da sociedade capitalista e os conflitos que se desenvolvem em seu interior. Os movimentos sociais são, de um lado, expressão das contradições de classes e, de outro, contribuem para a constituição das classes (já que elas se constituem na luta, não estão dadas automaticamente pela posição na estrutura produtiva).

A despeito da centralidade da contradição capital X trabalho (centralidade essa compreendida de modo dialético e não determinista), apontamos a necessidade de reconhecer outras fontes de conflito e pertencimento sociais. Os movimentos sociais constituem, pois, modos de contestação contra as diferentes formas de exploração e dominação que emergem no capitalismo contemporâneo, mas, justamente por emergir no capitalismo, a vinculação com o trabalho – fonte de valor – constitui um elemento central para uma análise marxista dos movimentos sociais.

Assim como a categoria trabalho, e por causa dela, a dimensão de classe desempenha um papel central na perspectiva marxista: é ela que permite construir a unidade a despeito das diferentes aparências que os movimentos possam assumir e das categorias distintas que eles mobilizam. As diferenças raciais, étnicas e ocupacionais podem tornar a ação coletiva mais difícil, introduzindo divisões, confrontações, provocando recuos e fracassos. Mas a percepção, muito embora difusa, da natureza de classe da sociedade capitalista, que funda e atravessa os antagonismos sociais, superpondo-se às demais diferenças, é o elemento que permite às classes dominadas se articular e construir uma ação comum para além das identidades específicas.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Elaine. A explosão do desemprego na França: amortecedor ou estimulante da mobilização dos desempregados? *Revista Espaço Acadêmico*, v.9, 2010, p.18-28.
- _____; ARIAS, Santiane. Neoliberalismo e lutas sociais: a emergência dos movimentos piqueteiros e altermundialistas no contexto neoliberal. *Mediações*, v.14, 2009, p.231-251.
- ARIAS, Santiane. Movimentos e classes sociais: uma reflexão sobre o caráter de classe do altermundialismo. *Cadernos Cemarx*, n.5, 2008, p.169-180.
- BENSAÏD, Daniel. As classes ou o sujeito perdido. In: *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p.141-174.
- BEROUD, Sophie et al. *Le mouvement social en France: essai de sociologie politique*. Paris: La Dispute, 1998.
- BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. *Primeira Versão*. Campinas: IFCH/Unicamp, n.123, 2004, 30p.
- _____. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. *Crítica Marxista*, n.12, 2001.
- BORON, Atilio A. A selva e a pólis: interrogações em torno da teoria política do zapatismo. *Filosofia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, 2003, p.203-230.

- CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: CAETANO, Gerardo (org.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta*. Buenos Aires: Clacso, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *Movimientos sociales urbanos*. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1991.
- _____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHAUVEL, Louis. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *Crítica Marxista*, n.15, 2002, p.57-70.
- CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*, n.17, jun. 2003.
- COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Campinas. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- CORREA, Ana Elisa. Classe média e reformismo altermundialista. *Cadernos Cemarx*, n.5, 2008, p.155-168.
- DINERSTEIN, Ana Cecilia. Power or Counter Power? The Dilemma of the Piquetero Movement in Argentina Post-Crisis. *Capital & Class*, n.81, 2003, p.1-7.
- DUMÉNIL, Gérard et al. Há um novo salariado? *Crítica Marxista*, n.28, 2009.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e ‘raça’ na globalização neoliberal. *Mediações*, v.13, n.1-2, 2008.
- _____. Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. *Lutas & Resistências*, v.1, 2006.
- GALVÃO, Andréia. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina. In: XXVIII INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2009.
- _____. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: Encontro Nacional da Anpocs, 32, 2008, Caxambu.
- _____. Mouriaux. *Crítica Marxista*, n.14, 2002, p.150-170.
- GARCÍA LINERA, Alvaro. La sublevación indígena popular en Bolivia. *Revista Chiapas*, n.16, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Raça e pobreza no Brasil. In: _____. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- FRAZER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- HIRATA, Francini. *A luta pela moradia em São Paulo: limites e potencialidades*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Campinas: IFCH/Unicamp, 2010.
- HIRATA, Helena. Rappports sociaux de sexe et division du travail – contribution à la discussion sur le concept de travail. In: BIDEY, Jacques; TEXIER, Jacques. *La crise du travail*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Contraponto, 2003.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HYMAN, Richard. La théorie des relations industrielles: une analyse matérialiste. *Sociologie du Travail*, n.4, 1979.

- IÑIGO CARRERA, Nicolás. *El concepto de clase obrera y la resistencia a la precariedad*. International Institut of Social History, Mimeo, s/d.
- _____. Sujetos e instrumentos de lucha en el capitalismo argentino contemporáneo (1975–2005). Texto apresentado no COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, V, Campinas, Unicamp, 2007.
- KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques; LINHART, Danièle et al. *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998.
- KOUVELAKIS, Eustache; VAKALOULIS, Michel. Le retour d'un affaire classé. *L'Homme et la Société*, n.117-8, 1995.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Verso, 1985.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Que fazer?* São Paulo: Hucitec, 1988 [1902].
- _____. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Pólis, 1979.
- LOJKINE, Jean. O novo salariado informacional. Nas fronteiras do salariado. *Crítica Marxista*, n.25, 2007.
- _____. Da política urbana aos movimentos sociais urbanos. In: *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p.291-317.
- MARX, Karl. *Miseria de la Filosofía*. Moscou: Editorial Progreso, 1979 [1847].
- _____. *Salário, preço e lucro*. São Paulo: Global, 1987 [1865].
- _____. *O capital: Crítica da economia política*. Livro I, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1867].
- _____; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998 [1848].
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.
- MCCARTHY, John; ZALD, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, n.82, 1977.
- MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, n.19, 1980, p.199-226.
- MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MOURIAUX, René. Syndicalismes, questions féminines et féministes (1895-1994). In: COURTS-SALIES, Pierre (Dir). *La liberté du travail*. Paris: Syllepse, 1995
- MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER; Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, v.52, n.4, 1985, p.817-67.
- OLIVEIRA, Nathalia. *Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: IFCH/Unicamp, 2010.
- OLIN WRIGHT, Eric. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. A nova pequena burguesia. In: POULANTZAS, N.; HUNT, A. *Classes e estrutura das classes*. Lisboa: Edições 70, s/d.

- SAES, Décio, Considerações sobre a análise dos sistemas de classe. In: VVAA: *Marxismo e Ciências Humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.
- SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 e 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva. Tese (Doutorado em Sociologia), USP, 2010.
- STEFANONI, Pablo. *El nacionalismo indígena como identidad política: la emergencia del MAS-IPSP (1995-2003)*. Informe final del concurso Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, 2002.
- TARROW, Sidney. *Power in movement*. Social Movements, Collective Action and Politics. Cambridge University Press, 1994.
- TOURAINÉ, A. The study of social movements. *Social Research*, v. 52, n.4, 1985, p.749-87.
- VAKALOULIS, Michel. Jovens assalariados, relações de trabalho e transformações no engajamento. COLÓQUIO MARX E ENGELS, 6., IFCH-Unicamp, Campinas, SP – Brasil, 4 nov. 2009. Disponível em: <http://vakaloulis.wordpress.com/2009/11/10/jovens-assalariados-relacoes-de-trabalho-e-transformacoes-no-engajamento/>
- . Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER; Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005.
- . Les mouvements sociaux à l'épreuve du politique. In: COURTS-SALIES, Pierre; VAKALOULIS, Michel (Orgs.). *Les mobilisations collectives: une controverse sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.
- WALLIS, Victor. Para além do “capitalismo verde”. COLÓQUIO MARX E ENGELS, 6, IFCH-Unicamp, Campinas, SP – Brasil, 4 nov. 2009.
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.